

ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Habilitação Jurídica

1.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

- I. Registro comercial, no caso de licitante empresa individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em tratando de sociedades comerciais ou cooperativas, no que se aplicar, acompanhado de sua última alteração ou em forma consolidada. No caso de sociedades por ações e cooperativas, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- IV. Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir; e
- V. Nos termos do art. 28 da Lei nº 5.764, de 16/12/1971, tratando-se cooperativa, a licitante deverá apresentar Ata da Fundação e Estatuto Social em vigor, com a Ata da Assembleia que o aprovou. O Estatuto deverá comprovar a constituição obrigatória de:
 - a) Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10 (dez por cento) pelo menos, das sobras líquidas do exercício, e
 - b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.
- VI. Independente da forma de constituição da empresa licitante, a mesma deverá apresentar documentação pessoal (RG e CPF) de seu(s) representante(s) legal(is).
 - a) Para representação por meio de instrumento de procuração, a Licitante deverá apresentar, além da documentação pessoal do procurador, o Instrumento Particular, com firma reconhecida, ou Público de Procuração, em validade, que deve outorgar ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes ao Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome do licitante representado. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação por meio de cópia autenticada do contrato social e ou outro documento constitutivo.

2. Critérios de Qualificação Técnica

2.1. Serão solicitadas as seguintes documentações para a comprovação de qualificação técnica:

- I. Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado informando que o licitante já executou objeto compatível e pertinente em quantidades, características e prazos com o objeto da licitação, não podendo ser menor que 20% (cinquenta por cento) do quantitativo total de licenças a serem licitadas, sendo admitido o somatório de atestados sempre que não houver prejuízo para a demonstração da qualificação;
- II. Para atendimento do critério de quantidade constante no item I poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico

operacional, a uma única contratação;

III. A licitante deverá apresentar a Declaração da Microsoft – fabricante da solução – de que é uma revenda LAR – Large Account Reseller / LSP – Licence Solution Partner, e fazer parte do programa cloud com a competência Cloud Productivity;

IV. A licitante deverá apresentar ainda, declaração emitida pela Microsoft, garantindo que o participante está devidamente inscrito no Programa de Parceiros da Microsoft, denominado Microsoft Partner Network – MPN, possuindo as seguintes competências nos respectivos níveis – Gold Data Platform, Gold Identity and Access, Gold Messaging, Gold Volume Licensing e Gold Cloud Platform;

V. A declaração a que fazem menção os itens III e IV devem conter a identificação do signatário, devendo serem apresentadas em papel timbrado, em seu original ou cópia autenticada.

VI. A Licitante deverá atender todos os requisitos constantes na norma CMN nº 4893/2021, capítulo III, que trata de contratação de serviço de processamento e armazenamento de dados em nuvem, compreendendo que o serviço é relevante à Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM.

3. Critérios de Qualificação Econômico-Financeira

3.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se á:

- I. Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.
- II. Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei, que comprovem boa situação financeira, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; e

3.2. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita por meio da apresentação de Declaração de Capacidade Financeira (Anexo III-A), comprovando:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Caso a licitante não atenda mínimo previsto em qualquer dos índices contábeis previstos na letra anterior, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de a 10% (dez por cento) do valor da proposta de preço;

4. Regularidade Fiscal

4.1. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- II. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e,
- III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).